

UM DISCURSO SOBRE O PRÍNCIPE A «PEDAGOGIA ESPECULAR» EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

Ana Isabel Buescu

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Na indiscutível multiplicação, a partir da época medieval, de um discurso sobre o príncipe e a realeza, assume especial destaque o género dos *specula principis*, constituído por uma vastíssima literatura de carácter político, moral e pedagógico que pretende estabelecer a «constelação» de virtudes necessárias ao ofício de rei, e fixar a imagem do perfeito governante, exemplo de virtudes morais e do bom governo. A sua primeira formulação – apesar de não pretendermos estabelecer continuidades artificiais, existem afinidades que não devem ser ignoradas – pode fazer-se remontar à Antiguidade Clássica¹, embora tenha sido sem dúvida na Idade Média que o género foi decisivamente fixado, configurando uma longuíssima fortuna que se prolongaria pelos séculos XVI e XVII.

O facto de privilegiarmos aqui a manifestação poderosa dos espelhos de príncipes não significa, no entanto, que outros modelos e outras fontes não concorram, desde a época medieval, para a constituição de um discurso em torno do ofício régio, como é o caso do discurso jurídico, eclesiástico e pontifício². Contudo, parece-nos pertinente singularizar um discurso que, apesar de formalmente heterogéneo e de revestir uma evidente diversidade de modalidades na sua constituição, tem por objecto a representação do perfeito soberano, ou seja, a construção de um modelo ideal, constituindo, nesse sentido, uma das múltiplas possibilidades de auto-representação e de legitimação que a literatura oferece ao poder político³.

A codificação da imagem ideal do governante construída pelos *specula principis* radica na concepção organicista da sociedade, da qual o rei é a cabeça, e portanto o primeiro protagonista. Assim, só um monarca virtuoso pode tornar virtuosa a república e, sob este ponto de vista, aquele quadro de virtudes ganha uma dimensão política e um alcance ideológico indiscutíveis. Nesta perspectiva precisa, a multiplicação deste discurso, nomeadamente a partir da sua decisiva

formulação, como género, no século XIII na corte capetíngia, deve ser vista no âmbito da afirmação e da propaganda da própria instituição monárquica⁴. Afirmação que é necessário inscrever na emergência de uma pluralidade de instâncias de legitimação do príncipe e de um poder central em construção que passam, entre os séculos XIII e XVII, como sugere Roger Chartier, por três tipos de estratégias, distintas mas convergentes: a ordem do discurso, a ordem dos sinais, a ordem das cerimónias⁵. Neste sentido, um horizonte comum preside a estudos tão diversificados como os que privilegiam, para lá da produção de um discurso sobre o príncipe e a monarquia, as entradas régias⁶, as atribuições simbólicas e a emblemática da realeza⁷, as cerimónias, a sagração e a morte⁸. Esta perspectiva global não anula, contudo, alguma singularidade relativa à «ordem do discurso», que, a par da sua apreciação como suporte ideológico da monarquia, deve ser vista como «lugar» de advertência e de estabelecimento dos próprios limites do poder, dimensão que também indiscutivelmente integra.

Ao privilegiarmos como objecto a dimensão normativa de uma «pedagogia especular»⁹ não pretendemos dar-lhe, de algum modo, um «sentido originário» no que respeita à representação do perfeito monarca, mas sublinhar como ela codifica e sistematiza essa representação e as múltiplas instâncias de que se reveste. Ou seja, através de um género que obedece a uma estrutura normativa é possível evidenciar as linhas que organizam essa representação e estabelecer o retrato que os poderes e a cultura áulica e política consideravam corresponder à imagem do perfeito soberano. Imagem que, em última análise, é possível reencontrar noutros suportes – emblemáticos, simbólicos – que servem a propaganda do príncipe e da monarquia e, nesse sentido, integram um discurso mais geral sobre a realeza.

Esta feição normativa dos espelhos de príncipes tem sido, aliás, um dos factores que conduziram a uma relativa subavaliação da sua importância junto dos historiadores e da pouca atenção de que têm sido objecto no âmbito da história das representações políticas¹⁰. Os mecanismos inerentes a um género codificado e a natureza do próprio objecto conduzem a que aquela representação se situe num quadro de relativa homogeneidade de processos discursivos e retóricos. Como já foi observado, os pontos de vista teóricos, ainda que diferenciados, sobre o poder, inscrevem-se num quadro literário organizado em função de estereótipos e códigos metafóricos próprios dos grupos – letrados e homens da Igreja – que os produzem¹¹. Contudo, essa mesma característica deve também ser vista no âmbito de uma cultura letrada que, na passagem para a época moderna, continua a ser predominantemente uma «cultura di citazione, di commento, di ripresa e approfondimento di temi e di motivi tradizionali»¹², questão

que ganha, porventura, um alcance particular no que respeita ao(s) discurso(s) de legitimação do próprio Estado¹³.

Por outro lado, o seu carácter acarreta também, como de resto acontece com outras formas de literatura normativa, uma objecção de princípio: o desajuste entre norma instituída e realidade. Como observa Jacques Revel relativamente a uma idêntica característica do conjunto da literatura de civilidade, esta objecção de fundo carece de validade, pois não só é por vezes possível estabelecer o confronto entre modelos e práticas, como – e principalmente – «a representação social da norma não é menos ‘real’ do que o que dela conservam os comportamentos observáveis»¹⁴. Esta consideração é, sem dúvida, decisiva no caso dos espelhos de príncipes que, como toda a literatura normativa, privilegiam um plano de exemplaridade que configura modelos e práticas de comportamento considerados idealmente virtuosos. O carácter «virtual» dessa representação não retira, portanto, importância e alcance ideológico a um discurso que se pretende ordenador de uma realidade que, nessa medida, acaba por ser o seu objecto central.

Ultrapassando, pois, as questões da «originalidade» e do confronto «modelo/prática», que inviabilizam uma apreciação mais adequada e rigorosa do alcance deste género de literatura política, torna-se pertinente inquirir acerca das modalidades, no quadro normativo de espelhos e regimentos, da constituição da imagem do perfeito soberano na época moderna. Esta imagem situa-se na convergência de modelos clássicos (Isócrates, Xenofonte, Plutarco) e de uma apropriação medieval das doutrinas aristotélicas que, tendo como paradigma o *De Regimine Principum* (c. 1287) de Egídio Romano, constitui um elemento determinante para a afirmação e extraordinária fortuna do género no âmbito da produção de um discurso político-retórico em torno do príncipe e da monarquia na Europa moderna.

Indissociável desta dimensão é essa outra que, embora não sendo seu objecto explícito, se perfila de modo flagrante em muitos destes tratados, nomeadamente a partir do século XVI, de resto em harmonia com o próprio «espírito do século»¹⁵: o ascendente da sistematização de códigos de conduta e de comportamentos que, privilegiando a pedagogia do príncipe e a corte, reenvia para um quadro de «autocontrolo» de pulsões como mecanismo necessário ao *processo de civilização*¹⁶.

1. *Os espelhos de príncipes como objecto historiográfico.*

Sensivelmente a partir dos anos trinta deste século, o discurso relativo ao soberano ideal, com particular relevo para os *specula principis* medievais, mas também para a sua manifestação na época moderna, nomeadamente nos séculos XVI e XVII, tem sido objecto de numerosos estudos, de que apontaremos alguns dos mais significativos¹⁷. Em primeiro lugar, devem destacar-se os trabalhos pioneiros de Lester K. Born, que se ocupa da tratadística medieval, desde os primórdios do género na Europa cristã¹⁸, ensaiando uma sistematização dos mais importantes tratados nos séculos XIII e XIV e seus conteúdos¹⁹, no quadro de uma reflexão mais alargada sobre o pensamento político antigo e medieval²⁰. Torna-se necessário referir também um significativo conjunto de obras de autores alemães, das quais há a destacar os trabalhos de J. Roder, em que são considerados os tratados escritos em França entre os séculos IX e XV²¹, de W. Kleineke, estudo relativo aos espelhos de príncipes em Inglaterra, desde o *Policraticus* (1159) de João de Salisbúria ao *Basilikon Doron* (1598) do rei Jaime I²², e finalmente de W. Berges²³.

O campo de análise inaugurado pelos estudos referidos seria doravante fortemente condicionado pela perspectiva central que na generalidade privilegiam, baseada numa lógica cumulativa de inventariação de autores, obras e tratados, que parece aspirar a uma pretensa exaustividade, não só impossível como operatoriamente estéril. É evidente que esta perspectiva é em larga medida determinada pelo número extraordinário de obras existentes, contando-se para o período entre meados do século XIII e o século XVII por centenas o número destes tratados sobre o príncipe e a monarquia²⁴. Mas ela é também condicionada pela própria natureza dos textos, cujo teor normativo acaba por dificultar uma apreciação adequada e inovadora dos seus conteúdos.

Este teor normativo e o seu carácter muitas vezes convencional, estereotipado e repetitivo conduziu, como assinalámos, a que fossem globalmente considerados como textos sem relação com a vida política concreta, decorrendo daí a sua desvalorização no quadro da história das representações políticas²⁵, em leitura que não atende, afinal, à sua consideração, acima de tudo, como a representação de um modelo²⁶. Esta questão articula-se, aliás, com essa outra que tradicionalmente tem sido o critério de avaliação destas obras segundo os parâmetros de uma maior ou menor *originalidade* das doutrinas que veiculam. Trata-se de uma questão que deve ser recolocada noutros termos, em função de três ordens de razões.

A primeira dessas razões radica no próprio *objecto* deste tipo de literatura política, que pretende representar a imagem do perfeito monarca, para lá dos

reis concretos. A dimensão normativa que lhe subjaz exige e postula o carácter abstracto dessa imagem ideal, a configuração de um modelo e, consequentemente, o carácter atemporal do retrato. Em segundo lugar, esta construção normativa toma por base a existência de modelos – o modelo «bíblico», o modelo aristotélico-medieval e o modelo clássico –, o que conduz a estratégias de adequação retórica e simbólica que não procuram a originalidade, mas a aproximação a paradigmas. Finalmente, a terceira razão tem a ver com o facto de a ordem do discurso, pela qual passa também, como observa Roger Chartier, a afirmação do Estado Moderno, ser *rara*, inscrevendo-se, como assinalámos, num quadro de relativa homogeneidade de processos linguísticos e retóricos. Essa *raridade* do discurso obriga, desde a época medieval, a um constante reemprego de fórmulas, conceitos, exemplos e citações, conduzindo à constituição de um corpo discursivo unitário que, no limite, caracteriza este género de literatura política²⁷. É pois, na confluência desta tripla ordem de razões – o objecto, o recurso a modelos, a *raridade* do discurso – que radica, pensamos, o carácter recorrente e em certo sentido homogéneo dos *specula principis* na transição para a época moderna.

Seja como for, e reflectindo de forma mais ou menos evidente aquelas condicionantes ou, pelo contrário, optando por novas direcções e perspectivas, têm-se multiplicado os estudos sobre o discurso relativo à imagem e à representação do perfeito soberano²⁸. No que diz respeito à sua manifestação em França durante a Idade Média, refira-se a obra de Dora Bell que, apesar de óbvias limitações, continua ainda hoje a ser obra de referência²⁹, e sobretudo os trabalhos de Jacques Krynen, num quadro mais alargado relativo ao conjunto da literatura política³⁰. Para os finais da Idade Média e no que respeita ao caso inglês, destaque para a importante contribuição de Jean-Philippe Genet³¹, assim como para o estudo mais recente de M. L. Kekewich, relativo à literatura para a educação do príncipe nos meados do século XV³², tema que encontramos igualmente tratado, para o caso escocês, por S. L. Mapstone³³. Podem também colher-se elementos importantes, no âmbito da pedagogia do príncipe e da aristocracia em Inglaterra até ao século XVI, em Nicholas Orme, numa obra que rapidamente se tornou de referência obrigatória³⁴.

Para a época moderna, são clássicos os estudos de Allan Gilbert³⁵ e de Felix Gilbert³⁶, em que *O Príncipe* (1532) de Maquiavel é abordado não sob o ponto de vista dominante das rupturas introduzidas no pensamento político, mas da sua integração e articulação com a ampla tradição dos regimentos e espelhos de príncipes. O lugar desta tratadística no quadro mais amplo do pensamento político moderno é, por seu turno, devida e amplamente assinalado por Quentin Skinner³⁷. Para o caso francês, e além da obra de Claude Bontems, L.-P. Ray-

baud e J.-P. Brancourt³⁸, destaque para o importante contributo de Anne-Marie Lecoq, no âmbito do seu estudo sobre a simbólica do Estado na época de Francisco I³⁹. Sobre a tratadística seiscentista em França deve referir-se a síntese de Isabelle Flandrois⁴⁰, e, sobre a pedagogia do príncipe, destaque para a excelente obra colectiva de Roberta Balzarini, Monica Ferrari Alfano, Monica Grandini, Sara Micotti Gazzotti e Marc Hamilton Smith⁴¹. Este estudo toma por base o extraordinário diário manuscrito de Jean Héroard, médico do futuro Luís XIII (texto «redescoberto» por Philippe Ariès e amplamente utilizado na sua obra pioneira sobre a infância⁴²), que segue dia a dia o crescimento e a aprendizagem do jovem príncipe, e uma *Institutio Principis* (1609) também dedicada ao Delfim.

Particularmente em relação ao mundo hispânico, e para o período medieval, refira-se o livro de J. M. Castro y Calvo⁴³, em que o tema central – a educação do príncipe nas obras de D. Juan Manuel – se inscreve numa panorâmica acerca da evolução das concepções sobre a pedagogia do príncipe, estudo que, embora datado, tem informações úteis. Também o trabalho de María Angeles Galino Carrillo⁴⁴ surge nos anos 40 como obra de referência, se bem que a análise que efectua, feita com base numa listagem bastante imprecisa de cerca de oitenta títulos relativos aos séculos XVI e XVII, se circunscreva a muito poucos deles, generalizando conclusões, facto já sublinhado por C. Aubrun⁴⁵ e por R. W. Truman no seu estudo sobre a tratadística espanhola do século XVI⁴⁶. Recentemente, e com uma orientação metodológica mais actualizada, podem ver-se elementos importantes nos trabalhos de José Luis Bermejo Cabrero⁴⁷, José Manuel Nieto Soria⁴⁸ e Julia Varela⁴⁹.

2. *Em Portugal.*

Em Portugal, e se deixarmos de parte o caso singular constituído pelo *Speculum Regum* (1341-44) do bispo Álvaro Pais, dedicado a Afonso XI, um dos vencedores da batalha do Salado, é apenas no século XV, na corte dos príncipes de Avis, que encontramos a presença assinalável de uma literatura pedagógica relativa à imagem do príncipe e ao ofício régio. Essa presença, bastante tardia se tivermos em conta a sua inegável fortuna, nomeadamente em França, desde finais do século XIII, deve ser vista no duplo quadro das novas orientações de uma cultura de corte e de afirmação ideológica de uma dinastia recentemente instaurada⁵⁰. Pode dizer-se, no entanto, que esse momento não teria continuidade, pois apenas em 1496 surge uma obra que contempla uma dimensão semelhante, organizada em torno do bom governo da república por um rei virtuoso: o *De Republica Gubernanda per Regem* de Diogo Lopes Rebelo, obra

solitária cuja publicação deve ser considerada no âmbito da conjuntura da subida ao trono de D. Manuel.

No reinado de D. João III é, pelo contrário, observável uma manifestação extremamente significativa deste tipo de literatura política, patente no assinalável número de obras que, embora de forma heterogénea e diversificada, reflectem não só a presença como a importância ideológica conferida à constituição de um discurso sobre o príncipe e a monarquia⁵¹, que ainda no século XVI terá sequência com as obras de Diogo de Teive e Jerónimo Osório dedicadas a D. Sebastião⁵². Essa importância tem, aliás, de ser reavaliada, já que encontramos certos textos, alguns dos quais inéditos, que não foram até hoje considerados e que constituem casos cimeiros da produção desta literatura normativa em Portugal no século XVI.

Chegaram até nós a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525) de Frei António de Beja, as *Condições, e Partes, que ha-de ter um Bom Príncipe* (c. 1528) e o *Tratado dos Trabalhos do Rei*, ambos de Lourenço de Cáceres, o *Relox de Príncipes* (1529) de Frei Antonio de Guevara, o *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana* (c. 1543), o *Libro Primero del Espejo dl Principe Christiano* (1544), o *Libro Segũdo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* (a. 1545), todos da autoria de Francisco de Monçon, o fragmento *Da [Creação] dos Príncipes* (c. 1545) de António Pinheiro, e finalmente o *Tractado Moral de Lououres & Perigos dalgũs Estados Seculares* (1549) de Sancho de Noronha. Refira-se ainda a tradução quinhentista inédita (posterior a 1549) da *Institutione del Prencipe Christiano* (1543) de Mambriño Roseo da Fabriano, que identificámos⁵³, e a notícia relativa a uma *Doutrina e Estimulo de Príncipes* (1550), de autor desconhecido e entretanto perdida⁵⁴.

Também em Portugal o discurso normativo sobre o príncipe e a monarquia, cuja expressão no século XVI assume, pois, uma dimensão assinalável, tem sido objecto de análise e, em alguns casos, de uma reapreciação importante. Considerando em primeiro lugar o «suporte» da sua transmissão, alguns daqueles textos foram objecto de edições modernas, quer a partir dos manuscritos conhecidos⁵⁵, quer da sua primeira publicação impressa⁵⁶. Dos restantes existem as respectivas edições quinhentistas⁵⁷, tendo ainda alguns deles permanecido inéditos⁵⁸.

Se em certos casos – alguns deles importantes – continuam a faltar as edições necessárias, é possível fazer um breve balanço sobre os estudos mais significativos que, de uma maneira ou outra e num quadro mais ou menos alargado, contemplam a manifestação desta literatura normativa em Portugal. Referência obrigatória para os trabalhos de Martim de Albuquerque sobre o pensamento político em Portugal na época moderna⁵⁹, de Luís Reis Torgal, particularmente para o século XVII⁶⁰, assim como para o estudo de Diogo

Ramada Curto sobre a cultura política⁶¹. Destaque também para os trabalhos de Nair Nazaré de Castro Soares sobre a *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro⁶² e principalmente sobre a tratadística quinhentista, com particular relevo para o *De Regis Institutione...* (1571) de Jerónimo Osório⁶³, e de Davide Bigalli, sobre a imagem do príncipe na obra de Diogo de Teive⁶⁴. Referência ainda para Eugenio Asensio, que teve o mérito de trazer a lume elementos desconhecidos sobre a figura de Lourenço de Cáceres, chamando a atenção para os dois tratados de sua autoria, um dos quais então ainda inédito⁶⁵, assim como para J. V. de Pina Martins relativamente a aspectos da presença do humanismo italiano na obra de Frei António de Beja⁶⁶.

A figura e a produção de Francisco de Monçon, capelão e pregador régio nos reinados de D. João III e D. Sebastião, autor de algumas das obras centrais deste discurso em Portugal no século XVI, tem sido também objecto de reapreciação. Ainda em 1915 Sousa Viterbo afirmava desconhecer o paradeiro do *Libro Segundo dl Espeio del Perfecto Principe Christiano*⁶⁷, pela primeira vez referenciado por Maria de Lurdes Fernandes⁶⁸ que, no quadro do seu estudo sobre o casamento e a educação feminina na cultura peninsular nos séculos XV a XVII, dá especial relevo ao *Libro Primero dl Espeio dla Princesa Christiana* (c. 1543), obra até há pouco desconhecida⁶⁹, e que esta autora afirma ter a intenção de publicar⁷⁰.

Da imagem e das representações do príncipe e da realeza, de acordo com perspectivas metodológicas, interesses e fontes diferenciadas, abrindo em alguns casos novas direcções e campos de análise se ocupam ainda outros estudos, de que há a destacar, entre outros, os trabalhos de Albin Edouard Beau⁷¹, Elisa Rosa Pisco Nunes e Rita Costa Gomes⁷² para a época medieval, de Ana Maria Alves⁷³, Ivo Carneiro de Sousa⁷⁴, Margarida Vieira Mendes⁷⁵, Paulo Drumond Braga e Isabel M. Drumond Braga⁷⁶ e Diogo Ramada Curto⁷⁷.

3. *Imagens do príncipe.*

O conjunto dos textos acima referidos reflecte a presença importante, no reinado joanino, de um discurso sobre o príncipe que se inscreve quer na celebração de momentos-chave da monarquia – casamento do soberano⁷⁸, aliança matrimonial com Espanha⁷⁹ –, quer em conjunturas de particular importância – educação⁸⁰ e estabelecimento de casa própria ao príncipe herdeiro⁸¹. Por outro lado, a multiplicação desta «revisita» da representação do perfeito monarca, traduzindo a manifestação de uma cultura política inequivocamente áulica, vem demonstrar até que ponto, já no século XVI, o *serviço* do cortesão letrado passa

pela celebração progressivamente incontornável da imagem do soberano. Em qualquer dos casos, a multiplicação destes tratados permite situá-los num quadro ideológico de afirmação da monarquia, em que parece empenhar-se o próprio rei, como sucede com o *Relox de Príncipes* de Antonio de Guevara, cuja edição é ordenada por D. João III quase em simultâneo com a primeira edição castelhana.

Esta «constelação» de textos traduz um momento significativo na codificação desse discurso erudito, porque deixa entrever, como conjunto, não só a importância ideológica conferida à celebração do monarca, mas também aos limites do poder real, como nesse quadro tipifica algumas das direcções mais determinantes na construção dessa imagem, organizadas em torno da pedagogia do príncipe⁸², da configuração virtuosa do ofício de rei⁸³, da concepção central do soberano como cabeça do *corpo místico* da república⁸⁴ e, até, da dimensão aparentemente disfórica dos *trabalhos* do rei⁸⁵. Entroncando embora num horizonte comum de representação do monarca virtuoso, e obedecendo aos parâmetros de um género codificado, este conjunto dos textos normativos quinhentistas torna explícitas modalidades diferenciadas que organizam aquela representação, de forma que diríamos única em alguns casos, na época moderna em Portugal.

Se a representação do perfeito monarca e do quadro de virtudes inerentes ao ofício de rei se perfila como uma das direcções que espelhos e regimentos privilegiam, outro desses registos é a atenção dada ao estabelecimento de um modelo pedagógico ideal para o príncipe. Tomando os textos acima descritos como objecto de análise encontramos este modelo enunciado, de forma fragmentária, no texto *Da [Creação] dos Príncipes* de António Pinheiro, pregador régio e mestre do príncipe D. João, filho de D. João III, e de forma emblemática, através de uma codificação sistemática de práticas e comportamentos, no *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano* (1544) de Francisco de Monçon, obra que, apesar do seu interesse e singularidade, permaneceu até hoje virtualmente desconhecida dos investigadores.

Outra dessas direcções, porventura a mais determinante, é a construção da imagem virtuosa do príncipe *in officio*. Se, como é evidente, não só o objecto como a própria codificação retórica do género convergem na homogeneidade daquela imagem, é contudo possível destringer diferentes coordenadas nos elementos que a constroem. Neste sentido, a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* de Frei António de Beja e o *Tractado Moral...* de Sancho de Noronha privilegiam uma dimensão «bíblica» do ofício de rei, enquanto as obras de Lourenço de Cáceres ou o *Relox de Príncipes* de Antonio de Guevara, sem que, de forma alguma, esteja ausente a dimensão cristã do ofício régio, acentuam o ascendente

de uma concepção – através de *exempla* e heróis – que remete para modelos declaradamente clássicos.

O ofício de rei no âmbito da metáfora da república como *corpo místico* é, por seu turno, a concepção central que afirma a extrema singularidade do inédito *Libro Segūdo dl Espeio del Perfecto Principe Christiano* (a. 1545) de Francisco de Monçon. Embora a concepção organicista da sociedade esteja naturalmente subjacente, de forma mais ou menos explícita, a todos os outros textos, o *Libro Segūdo...* leva essa concepção, pode dizer-se, até às últimas consequências, constituindo uma verdadeira descrição da «república perfeita» e conferindo, nesse sentido, um quase idêntico protagonismo à *cabeça* e ao *corpo* da república. A consideração e a sistematização deste duplo plano faz, aliás, do *Libro Segūdo...* uma obra sem paralelo no âmbito da literatura relativa às representações políticas no século XVI em Portugal.

Finalmente, a referida «constelação» de textos permite ainda considerar outra vertente que, inscrevendo-se num idêntico quadro normativo, privilegia um retrato «no feminino». Se a representação do perfeito monarca e a reflexão sobre o poder e a realeza remetem, por «natureza», para um universo masculino, o *Libro Primero dl Espeio dlla Princesa Christiana* (c. 1543) de Francisco de Monçon, obra igualmente inédita, traça, ainda que de forma parcelar⁸⁶, o retrato da perfeita princesa, numa construção que alia de forma única, no âmbito da cultura de corte em Portugal, uma dimensão áulica e, numa outra perspectiva, a sistematização de práticas, comportamentos e interditos relativos ao universo feminino no século XVI.

Situando-se embora no horizonte comum de representação do monarca virtuoso, este conjunto de tratados normativos acaba por estabelecer um «caleidoscópio» de imagens à partida talvez insuspeitado. Ao articular a imagem do rei virtuoso com questões centrais como a pedagogia do príncipe, a corte e os cortesãos, a representação de uma ideal república ou o «retrato» da princesa idealmente virtuosa, estes textos convergem, sem dúvida, para a superação da imagem recorrente e unidimensional que tem caracterizado a avaliação desta literatura política, e a sua tradicional «menoridade» no estudo da história das representações políticas.

Por outro lado, constituindo acima de tudo uma literatura de carácter político e áulico, a importância e o alcance diverso dos textos considerados reenviam, contudo, para um discurso *raro* e ideologicamente homogéneo, como assinalámos, cujos modelos e direcções mais determinantes se torna globalmente possível tipificar. Com efeito, as imagens tradicionais do monarca como vigário de Deus, justo, pacífico e prudente, do «rei filósofo» de raiz platónica, rodeado de sensatos conselheiros, que é pai e pastor do seu povo, continuam a

ser revisitadas pela literatura política relativa ao príncipe e ao bom governo na época moderna, e a encontrar também um espaço privilegiado de explicitação nos regimentos e instituições de príncipes. A persistência destas imagens remete para a existência de modelos fundamentais na sua constituição, que se situam na convergência das lições bíblica, aristotélico-medieval e clássica, facto que acaba por tornar problemática a inscrição, no caso das obras em análise, numa hipotética «filosofia política portuguesa»⁸⁷.

Aliás, e no que respeita aos tratados aqui considerados, pode dizer-se que essa feição recorrente se torna porventura mais notória devido ao facto de, numa outra perspectiva, estas obras serem alheias às rupturas trazidas pela publicação de *O Príncipe* (1532) de Maquiavel⁸⁸. Neste sentido, a representação do soberano ideal não apresenta nestes textos a «exasperação» de uma estrutura defensiva e de confronto explícito que encontramos na tratadística posterior, em Espanha, França e também em Portugal, que conduzirá a enfatizar a «política cristã» do príncipe, e a privilegiar novos eixos de reflexão, como a temática relativa à «verdadeira razão de Estado» – ou seja, a questão das relações entre a política e a moral –, de importância central para o pensamento político e ideológico no século XVII⁸⁹.

A instância normativa dos *specula principis* representa, pois, não a «criação» de uma imagem do governante – o «sentido originário» de que atrás falávamos –, mas uma codificação sistemática de virtudes de cuja eficácia ideológica os propagandistas régios não duvidavam, já que é possível reencontrar essa imagem noutros discursos de celebração do príncipe e em cerimónias públicas de importância ritual para a monarquia.

4. *Pedagogia e corte.*

Outras direcções e outras perspectivas é também possível evidenciar. «Ca-leidoscópio» de imagens do príncipe virtuoso e do perfeito soberano, os espelhos são-no igualmente, nalguns casos, de um mundo que gravita em seu torno: ama de leite, aio, mestre, conselheiros, corte e cortesãos. Se o protagonismo é do príncipe, presentes e sujeitos a uma análoga regulação de condutas estão todos aqueles que, de uma maneira ou outra, lhe estão próximos, regulação que se torna flagrante no que respeita ao cenário da corte. É, aliás, este ascendente de codificação de comportamentos – dimensão que assume um amplo destaque no quadro da pedagogia do príncipe⁹⁰ ou do convívio cortesão⁹¹ – que faz com que algumas destas obras se destinem também, e complementarmente, a um público aristocrático.

É o caso não só do *Relox de Príncipes* de Antonio de Guevara como do *Libro Primero del Espejo dl Príncipe Christiano* de Monçon, que reivindicam, aliás de forma explícita, como destinatários das suas obras os príncipes, grandes senhores e crianças nobres. O mesmo sucede com o *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana* que, dirigido à princesa D. Maria, filha de D. João III, por altura do seu casamento com o futuro Filipe II, surge como um verdadeiro manual da vida na corte para todas as mulheres nobres. Deste modo se alarga – quanto a nós de forma decisiva – um quadro normativo que, originariamente destinado ao príncipe, acaba por dizer também respeito à sociedade de corte e à nobreza, facto que transparece da presença habitual destes tratados e obras afins nas bibliotecas nobres entre os séculos XIII e XVI, nomeadamente no que diz respeito ao seu modelo mais importante, o *De Regimine Principum* (c. 1287) de Egídio Romano.

Pedagogia e corte são, pois, dois elementos que assumem um indiscutível ascendente no quadro da representação do perfeito príncipe. Estas duas vertentes constituem, aliás, um complemento decisivo ao seu perfil idealmente virtuoso, já que instauram o carácter determinante de um itinerário pedagógico na «construção» do príncipe, bem como do espaço privilegiado que ele habita – a corte. Questões de resto tornadas centrais pelo século XVI, que não só faz da educação (no duplo plano da aprendizagem de conteúdos e comportamentos)⁹² um dos seus «lugares» incontornáveis, como inscreve decisivamente o príncipe num cenário – o meio áulico – que se configura como uma forma social fundamental do Estado moderno⁹³, lugar privilegiado de explicitação e de representação de um sistema de regras e de valores aristocráticos⁹⁴.

Significativamente, porém, este discurso que confere uma posição central ao espaço da corte, surge como «argumento» nuclear apenas nos textos castelhanos, constituídos pelas obras de Guevara e de Monçon. No caso de Guevara, aliás, essa centralidade da reflexão sobre a corte tem ainda como manifestações decisivas, embora de carácter divergente, o *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea* (1539) e o *Aviso de Privados o Doctrina de Cortesanos* (1539). Discurso que remete, sem dúvida, para a construção literária inaugurada pelo *Il Libro del Cortegiano* (1528) de Castiglione, mas que é, simultaneamente, a prefiguração de um modelo social que se afirma de forma decisiva na época moderna⁹⁵, e que as obras referidas indiscutivelmente reflectem. Na sua dimensão de espaço de sociabilidade ou da construção de uma imagem – positiva ou negativa –, a corte está, com a relativa excepção do *Tratado sobre os Trabalhos do Rei* de Lourenço de Cáceres, singularmente ausente da reflexão dos autores portugueses. Facto que, também ao nível da produção de um discurso, permite reactualizar a questão em torno das especificidades de uma «sociedade de corte» em Portugal, na época moderna.

A inegável multiplicação dos espelhos de príncipes na viragem para a época moderna integra-se, pois, na perspectiva que aqui tomámos, no âmbito mais vasto dos dispositivos ideológicos de celebração do príncipe e da monarquia. Por outro lado, e em alguns aspectos específicos, que se prendem particularmente com a construção de modelos pedagógicos e quadros de comportamento, ela evidencia a interacção entre o discurso sobre o príncipe e uma cultura áulica e aristocrática. Finalmente, essa multiplicação deve, de igual forma, ser vista no âmbito, também ele mais vasto, de toda uma literatura normativa que acentua, nomeadamente a partir da Contra-Reforma, a necessidade de modelos e de «sistemas de exemplaridade», patente na proliferação de manuais de confessores, espelhos da perfeição cristã, do perfeito cortesão, do perfeito médico, ou do casamento perfeito⁶. Modelos que, reflectindo, em articulação, mecanismos de interiorização e de reprodução de normas sociais, se inscrevem no quadro do *processo de civilização* traçado por Norbert Elias.

- ¹ Na criação do género pontificam nomes como os de Isócrates, Xenofonte e Díon Crisóstomo. V., entre outros, Nair Nazaré de Castro Soares, *O Príncipe Ideal no Século XVI e o «De Regis Institutione et Disciplina» de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada, 2 vols., 1989, pp. 3-19; Maria Helena Ureña Prieto, *Política e Ética. Textos de Isócrates*, Lisboa, 1989; «O 'ofício de rei' n'Os Lusíadas segundo a concepção clássica», in *Actas da IV Reunião Internacional de Canonistas*, Ponta Delgada, 1984, pp. 772-74.
- ² Ernst Kantorowicz, *The King's Two Bodies. A Study in Medieval Political Theology*, Princeton, 1957 (ed. cit. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid, 1985, pp. 93-187); Jean Barbey, *Être roi. Le roi et son gouvernement en France de Clovis à Louis XVI*, Paris, 1992, p. 91.
- ³ Monica Ferrari Alfano, «I trattati sull'educazione del sovrano», cap. 6 da obra colectiva da autoria de Roberta Balzarini, Monica Ferrari Alfano, Monica Grandini, Sara Micotti Gazzotti e Marc Hamilton Smith, *Segni d'infanzia. Crescere come re nel Seicento*, Milão, 1991, p. 379.
- ⁴ Bernard Guenée, *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Les Etats*, Paris, 1971, pp. 137-38; Jean-Philippe Genet, «General Introduction» a *Four English Political Tracts of the Later Middle Ages*, Londres, 1977, pp. IX-XIX; Andrew Lewis, *Le sang royal. La famille capétienne et l'Etat, France, X^e-XIV^e siècle*, Paris, 1986, pp. 143-201; Colette Beaune, *Naissance de la nation France*, Paris, 1985, pp. 207-29.
- ⁵ Roger Chartier, «Construction de l'Etat moderne et formes culturelles: perspectives et questions», in *Culture et idéologie dans la genèse de l'Etat Moderne*, Actes de la table ronde organisée par le CNRS et l'Ecole Française de Rome, Roma, 1985, p. 497. Tradução portuguesa in Roger Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, 1988, pp. 215-29.
- ⁶ Bernard Guenée e F. Lehoux, *Les entrées royales françaises de 1328 à 1515*, Paris, 1968; Frances Yates, *Astraea. The Imperial Theme in the Sixteenth Century*, Londres, 1985 (1.^a ed. 1975).
- ⁷ Percy Schramm, *Herrschaftszeichen und Staatsymbolik*, 3 vols., Estugarda, 1954-57; Ernst Kantorowicz, *The King's Two Bodies...* cit.; Michel Pastoureau, «L'Etat et son image emblématique», in *Culture et idéologie...* cit., pp. 145-53; Alain Boureau, «Etat Moderne et attribution symbolique: emblèmes et devises dans l'Europe des XVI^e et XVII^e siècles», *ibid.*, pp. 155-78; Anne-Marie Lecoq, «La symbolique de l'État. Les images de la monarchie des premiers Valois à Louis XIV», in *Les lieux de*

- mémoire, II: *La Nation*, 2, Paris, 1986, pp. 145-92; id., *François I^{er} Imaginaire. Symbolique et politique à l'aube de la Renaissance française*, Paris, 1987; Fernando Checa Cremades, *Carlos V y la imagen del héroe en el Renacimiento*, Madrid, 1987; Carmelo Lisón Tolosana, *La imagen del rey. Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias*, Madrid, 1991.
- ⁸ Richard Jackson, *Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France*, Paris, 1984; Ralph Giesey, *Le roi ne meurt jamais. Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*, Paris, 1987; id., *Cérémonial et puissance souveraine. France, XV^e-XVII^e siècles*, Paris, 1987; Alain Boureau, *Le simple corps du roi. L'impossible sacralité des souverains français XV^e-XVIII^e siècle*, Paris, 1988; Javier Varela, *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquía española 1500-1885*, Madrid, 1990; Sergio Bertelli, *Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*, Florença, 1990; Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia (7-9 de Outubro de 1987)*, org. por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, 1991, pp. 201-65.
- ⁹ Utilizamos aqui a expressão de Monica Ferrari Alfano no ensaio «I trattati sull'educazione del sovrano» cit., p. 382.
- ¹⁰ Bernard Guenée, *op. cit.*, p. 138.
- ¹¹ Pierre Civil, «Le corps du roi et son image. Une symbolique de l'État dans quelques représentations de Philippe II», in *Le corps comme métaphore dans l'Espagne des XVI^e et XVII^e siècles. Du corps métaphorique aux métaphores corporelles*, Colloque International (Sorbonne et Collège d'Espagne, 1-4 octobre 1990), Etudes réunies et présentées par Augustin Redondo, Paris, 1992, p. 12.
- ¹² Daniela Frigo, *Il padre di famiglia. Governo della casa e governo civile nella tradizione dell'«Economica» tra Cinque e Seicento*, Roma, 1985, p. 12. Ver também Anne-Marie Lecoq, *François I^{er} imaginaire...* cit., pp. 490-92.
- ¹³ Roger Chartier, *op. cit.*, p. 498.
- ¹⁴ Jacques Revel, «As práticas da civilidade», in *História da Vida Privada*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3: *Do Renascimento ao Século das Luzes*, dir. Roger Chartier, Porto, 1990, p. 170. Ver também Julia Varela, *Modos de educación en la España de la Contrarreforma*, Madrid, 1983, p. 16.
- ¹⁵ «O século XVI é [...] o de um intenso esforço de codificação e de controlo dos comportamentos. Submete-os às normas da civilidade, isto é, às exigências do comércio social» (Jacques Revel, *op. cit.*, p. 169).
- ¹⁶ Nobert Elias, *La dynamique de l'Occident*, Paris, 1975 (1.^a ed. alemã 1939); *La société de cour*, Paris, 1974 (1.^a ed. alemã 1969).
- ¹⁷ Com excepção dos casos que se mencionam, não se referem aqui edições de textos, geralmente precedidas de estudos introdutórios, artigos sobre autores e os tratados de sua autoria, e obras não específicas que por vezes incluem referências, mais ou menos marginais, ao tema.
- ¹⁸ Lester Born, «The *Specula Principis* of the Carolingian Renaissance», *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, XII, 1933, pp. 583-612.
- ¹⁹ Id., «The Perfect Prince: a Study in Thirteenth and Fourteenth-Century Ideals», *Speculum*, III, 1928, pp. 470-504.
- ²⁰ Id., «The Perfect Prince According to the Latin Panegyrists», *American Journal of Philology*, LV, 1934, pp. 20-35, e introdução à tradução para inglês, da sua autoria, da *Institutio Principis Christiani*, (1516) de Erasmo, Londres, 1936.
- ²¹ J. Roder, *Das Fürstenbild in den Mittelalterlichen Fürstenspiegeln auf französischen Boden*, Münster, 1933.
- ²² W. Kleineke, *Englische Fürstenspiegel vom Policraticus bis zum Basilikon Doron Königs Jacobs I*, Halle, 1937.
- ²³ W. Berges, *Die Fürstenspiegel des hohen und späten Mittelalters*, Leipzig, 1938.
- ²⁴ V. a tentativa de inventariação, bastante imprecisa e lacunar, mas ainda assim impressionante, feita por Lester Born, em «Erasmus on Political Ethics: the *Institutio Principis Christiani*», *Political Science Quarterly*, XLIII, 1928, pp. 540-43.

- ²⁵ Bernard Guenée, *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles...* cit., p. 138.
- ²⁶ Diego Quaglioni, «Il modello del principe cristiano. Gli 'specula principum' fra Medio Evo e prima Età Moderna», in *Modelli nella storia del pensiero politico*, I, a cura di V. I. Comparato, Florença, 1987, pp. 107-8.
- ²⁷ Roger Chartier, *op. cit.*, p. 498.
- ²⁸ V. *supra*, nota 17.
- ²⁹ Dora Bell, *L'idéal éthique de la royauté en France au Moyen Age*, Paris, 1962.
- ³⁰ Jacques Krynen, *Idéal du prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Age (1380-1440). Etude sur la littérature politique du temps*, Paris, 1981; id., *L'empire du roi. Idées et croyances politiques en France, XIII^e-XIV^e siècle*, Paris, 1993.
- ³¹ Jean-Philippe Genet, *Four English Political Tracts...* cit.
- ³² M. L. Kekewich, *Books of Advice to Princes in Fifteenth Century England, with Particular Reference to the Period 1450-1485*, Londres, 1987.
- ³³ M. L. Mapstone, *The Advice to Princes Tradition in Scottish Literature 1450-1500*, Oxford, 1986.
- ³⁴ Nicholas Orme, *From Childhood to Chivalry. The education of the English Kings and Aristocracy 1066-1530*, Londres, 1984.
- ³⁵ Allan Gilbert, *Machiavelli's Prince and its Forerunners. «The Prince» as a Typical Book de «Regimine Principum»*, Durham, 1938.
- ³⁶ Felix Gilbert, «The Humanist Concept of the Prince and The Prince of Machiavelli», *Journal of Modern History*, XI, 1939, pp. 449-83.
- ³⁷ Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought, I: The Renaissance*, Cambridge, 1990 (1.^a ed. 1978).
- ³⁸ Claude Bontems, L.-P. Raybaud e J.-P. Brancourt, *Le prince dans la France des XVI^e et XVII^e siècles*, Paris, 1965.
- ³⁹ Anne Marie Lecoq, *François I^{er} imaginaire...* cit., particularmente pp. 69-117.
- ⁴⁰ Isabelle Flandrois, *L'institution du prince au début du XVII^e siècle*, Paris, 1992.
- ⁴¹ Roberta Balzarini, Monica Ferrari Alfano, Monica Grandini, Sara Micotti Gazzotti e Marc Hamilton Smith, *Segni d'infanzia. Crescere come re...* cit..
- ⁴² Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, 1973 (1.^a ed. 1960), onde o *Journal*, recentemente publicado na íntegra por Pierre Chaunu e Madeleine Foisil, Paris, 1990, funciona como ponto de partida para o capítulo dedicado à história dos jogos.
- ⁴³ J. M. Castro y Calvo, *El arte de gobernar en las obras de Don Juan Manuel*, Barcelona, 1945.
- ⁴⁴ Maria Angeles Galino Carrillo, *Los tratados sobre educación de príncipes (Siglos XVI y XVII)*, Madrid, 1948. Agradecemos ao Dr. António Camões Gouveia o acesso a este estudo.
- ⁴⁵ C. Aubrun, em recensão ao livro de Galino Carrillo, *Bulletin Hispanique*, LI, 1949, pp. 445-46.
- ⁴⁶ R. W. Truman, *The Ideal of the Prince in the Latin and Vernacular Writings of 16th Century Spanish Theorists*, Oxford, dissertação de doutoramento policopiada, 1964.
- ⁴⁷ José Luis Bermejo Cabrero, *Maximas, principios y simbolos políticos (Una aproximación histórica)*, Madrid, 1986.
- ⁴⁸ José Manuel Nieto Soria *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (Siglos XIII-XVI)*, Madrid, 1988.
- ⁴⁹ Julia Varela, *op. cit.*
- ⁵⁰ José Adriano Freitas de Carvalho, «Princes, armes et lettres», in *Aux confins du Moyen Age. Art portugais XII^e-XV^e siècle*, Gent, 1991, pp. 77-82; João Gouveia Monteiro, «Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos príncipes de Avis)», *Vértice*, 2.^a série, n.º 5, Agosto de 1988, pp. 89-103.
- ⁵¹ Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de doutoramento policopiada, 1994, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

- ⁵² Diogo de Teive, *Epodon siue Iábicorum Carminum Libri Tres*, Lisboa, 1565; Jerónimo Osório, *De Regis Institutione et Disciplina Libri VIII*, Lisboa, 1571.
- ⁵³ Biblioteca da Ajuda, cod. 50-V-40, *O Paragon de Vertudes para a Instituiçam de Todollos Principes Christãos Traduzido de Italiano Mabrinus da Rosa em Frances*, fols. 1-129v.
- ⁵⁴ *Dicc. Bibliog.*, vol. IX, p. 151. A obra, desconhecida nas bibliotecas portuguesas, é referida por Maria Angeles Galino Carrillo, no seu estudo *Los tratados sobre educación de príncipes...*, p. 13, com a indicação da existência de um exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid, que não encontramos. Ver também Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua Obra Pedagógica*, com a edição crítica dos «Apontamentos para a educação de hum menino nobre», Coimbra, 1964, pp. 104-5, nota 2.
- ⁵⁵ Álvaro Pais, *Espelho de Reis (Speculum Regum)*, ed. bilingue com estabelecimento do texto e tradução de Miguel Pinto de Menezes, 2 vols., Lisboa, 1955 e 1963 (com base no único manuscrito conhecido, ms. Barber lat. n.º 1447, da Biblioteca Vaticana); Lourenço de Cáceres, *Doutrina ao Infante D. Luís* (c. 1528), publ. por António Alberto Andrade, *Antologia do Pensamento Político Português. Século XVI, 1: Período Joanino*, sep. de *Estudos Políticos e Sociais*, III, n.ºs 2 e 3, Lisboa, 1965, pp. 29-58. Esta edição é feita com base num dos sete (e não cinco, como refere A. A. Andrade) manuscritos conhecidos desta obra, o cod. alc. 294, fols., 12-21, estabelecendo uma leitura paralela com as edições setecentistas de António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica...*, II, II Parte, Lisboa, 1742, pp. 491-511 e de Bento José de Sousa Farinha na *Filozofia de Principes Apanhada das Obras de Nossos Portuguezes*, I, Lisboa, 1784, pp. 1-66; id., *Tratado dos Trabalhos do Rei*, in *Antologia...* cit., pp. 59-87 (com base num dos três manuscritos conhecidos, cod. alc. 297, fols. 1-11 da Biblioteca Nacional de Lisboa, em confronto com a cópia setecentista do cod. 484 da Biblioteca Nacional de Lisboa, fol. 39-75).
- ⁵⁶ Diogo Lopes Rebelo, *De Republica Gubernanda per Regem | Do Governo da República pelo Rei*, facsímile da ed. de 1496, Introdução e notas de A. Moreira de Sá, tradução para português de Miguel Pinto de Menezes, Lisboa, 1951; Frei António de Beja, *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, facsímile da edição de 1525, Introdução e notas de Mário Tavares Dias, Lisboa, 1965; Sancho de Noronha, *Tratado Moral de Louvores & Perigos Dalgūs Estados Seculares*, facsímile da ed. de 1549, *Antologia...* cit., vol. 2, Introdução e notas por Martim de Albuquerque, Lisboa, 1969, pp. 35-149.
- ⁵⁷ Frei Antonio de Guevara, *Libro del Eloquentissimo Emperador Marco Aurelio, con el Relox de Príncipes*, Lisboa, 1529. O único exemplar conhecido é o da Biblioteca Nacional de Madrid, que consultámos (cota: R 13 544); Francisco de Monçon, *Libro Primero del Espejo dl Principe Christiano*, Lisboa, 1544, obra reeditada, com algumas alterações, em 1571.
- ⁵⁸ ANTT, Livraria, ms. 618, Francisco de Monçon, *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana* (c. 1543); ANTT, Livraria, ms. 616, id., *Libro Següdo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* (a. 1545); Biblioteca Pública de Évora, cod. CXII/1-21, António Pinheiro, *Da [Creação] dos Príncipes* (c. 1545), fols. 48-60v.; BA, cod. 50-V-40, *O Paragon de Vertudes...* cit., fols. 1-129v.
- ⁵⁹ Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, 1968; *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*, Lisboa, 1974.
- ⁶⁰ Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. II, Coimbra, 1982.
- ⁶¹ Diogo Ramada Curto, «A cultura política», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. III, coord. Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa, 1993, pp. 115-47.
- ⁶² Nair Nazaré de Castro Soares, «A Virtuosa Benfeitoria, primeiro tratado de educação de príncipes em português», *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992), 1993, pp. 289-314.
- ⁶³ Id., *O Príncipe Ideal no Século XVI...* cit.
- ⁶⁴ Davide Bigalli, «Diogo de Teive, o la politica della nostalgia», in *Immagini del principe. Ricerche su politica e umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento*, Milão, 1985, pp. 13-222.

- 65 Eugenio Asensio, «Lourenço de Cáceres o el latin al servicio del portugués», *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. 2, 1961, pp. 242-52; «Lourenço de Cáceres y su tratado *Dos Trabalhos do Rei* (con una nota sobre Jorge de Montemayor plagiário)», *Iberida. Revista de Filologia*, 5, Rio de Janeiro, 1961, pp. 67-78. Ambos são republicados nos seus *Estudios Portugueses*, Paris, 1974, pp. 163-76 e 177-87, respectivamente.
- 66 J. V. de Pina Martins, «L'humanisme italien à l'origine de l'humanisme portugais», in *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal. Les deux regards de Janus*, vol. II, Paris, 1989, pp. 409-48.
- 67 Sousa Viterbo, *A literatura hespanhola em Portugal*, Lisboa, 1915, p. 334.
- 68 Maria de Lurdes Fernandes, «Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 3, 1991, pp. 39-70.
- 69 A sua existência foi revelada por Álvaro do Nascimento Terreiro, *Um Pedagogo Espanhol na Corte Portuguesa no Século XVI: Francisco de Monçon e os seus tratados de educação de príncipes*, Salamanca, Universidade Pontificia, dissertação de doutoramento, 1972.
- 70 Maria de Lurdes Fernandes, *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700)*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento policopiada, 1992. Ver ainda da mesma autora, «Francisco de Monzón e a 'princesa cristã'», *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Anexo V, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*; Porto, 1993, pp. 109-21.
- 71 Albin Edouard Beau, «A realeza na poesia medieval e renascentista portuguesa», *Boletim de Filologia Portuguesa*, vols. 16, 1957, pp. 176-221, e 17, 1958, 1-19.
- 72 Elisa Rosa Pisco Nunes, *Da Imagem do Rei no «Orto do Esposo». Contribuição para um estudo da personagem do rei na literatura da Idade Média*, Évora, Universidade de Évora, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, policopiado, 1987; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, 1995.
- 73 Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, 1985.
- 74 Ivo Carneiro de Sousa, «O poder visto por um caleidoscópio. Representações culturais do príncipe e da sociedade portuguesa do Renascimento», *Revista da Faculdade de Letras. Problemáticas em História Cultural. Línguas e Literaturas*, Anexo I, Porto, 1987, pp. 47-90.
- 75 Margarida Vieira Mendes, «Gil Vicente speculum principis», *Revista da Faculdade de Letras*, Homenagem a José Vitorino de Pina Martins, 5.^a série, n.ºs 13-14, 1990, pp. 329-35. Sobre a relação entre a instituição oratória e os espelhos, cfr. ainda *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, 1989, pp. 80-83 e ainda 129-36.
- 76 Paulo Drumond Braga e Isabel M. Drumond Braga, «As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem», *Penélope*, 14, 1994, pp. 11-22.
- 77 Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)» cit. *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes*, Lisboa, 1525.
- 78 ANTT, Livraria, ms. 616, *Libro Primero del Espejo dla Princesa Christiana* (c. 1543).
- 80 *Libro Primero dl Espejo dl Principe Christiano*, Lisboa, 1544; BPE, cod. CXII/1-21, fols. 48-60v, *Da [Creação] dos Príncipes* (c. 1545).
- 81 *Tractado Moral de Lououres & Perigos Dalgũs Estados Seculares*, Lisboa, 1549.
- 82 *Libro Primero dl Espejo dl Principe Christiano*, Lisboa, 1544; *Da [Creação] dos Príncipes* (c. 1545).
- 83 *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes*, Lisboa, 1525; *Tractado Moral de Lououres & Perigos Dalgũs Estados Seculares*, Lisboa, 1549.
- 84 ANTT, Livraria, ms. 618, *Libro Segũdo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* (a. 1545).
- 85 *Tratado dos Trabalhos do Rei*.
- 86 O *Libro Primero*... pressupõe, como é evidente, uma continuação, à qual de resto Monçon faz por várias vezes referência, obra que no entanto se desconhece.

⁸⁷ Cfr. Ana Isabel Bucscu, *op. cit.*, pp. 55-82.

⁸⁸ Excluem-se desta consideração, obviamente, as obras anteriores àquela data.

⁸⁹ A exceção, no quadro da cultura erudita portuguesa, vem da pena de Jerónimo Osório que, no seu livro *De Nobilitate Christiana* (1542), critica explicitamente o pensamento de Maquiavel. Cfr. Martim de Albuquerque, *O Poder Político...* cit., pp. 161-164; sobre esta reorientação na tratadística posterior, cfr. *ibid.*, pp. 159-203; id., *A Sombra de Maquiavel...* cit., pp. 69-111; Luís Reis Torgal, *Ideologia Política...* cit., pp. 135-232; id., Introdução a João Botero, *Da Razão de Estado*, coordenação e introdução de Luís Reis Torgal, tradução de Raffaella Longobardi Ralha, Coimbra, 1992, pp. XIII-XLI.

⁹⁰ Francisco de Monçon, *Libro Primero del Espejo dl Principe Christiano*.

⁹¹ Id., *Libro Segundo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* e *Libro Primero dl Espejo dla Princesa Christiana*.

⁹² Norbert Elias, *La civilisation des moeurs*, Paris, 1973 (1.^a ed. alemã 1939); Jacques Revel, «As práticas da civilidade», in *História da Vida Privada* cit.; Julia Varela, *op. cit.*; Peter Burke, «The Language of Gesture in Early Modern Italy», in *A Cultural History of Gesture. From Antiquity to the Present Day*, ed. Jan Bremmer e Herman Roodenburg, Cambridge, 1993, pp. 71-83; Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche, *Storia del viso. Esprimere e tacere le emozioni (XVI-XIX secolo)*, Palermo, 1992 (1.^a ed. francesa 1988).

⁹³ Norbert Elias, *La dynamique de l'Occident* cit.; id., *La société de cour* cit.; Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 501-3; Cesare Mozzarelli, «Principe, corte e governo tra '500 e '700», in *Culture et idéologie...* cit., pp. 367-79; Giorgio Bárberi Squarotti, «Il 'Cortegiano' come trattato politico», in *L'onore in corte. Dal Castiglione al Tasso*, Milão, 1986, pp. 41-89.

⁹⁴ Cesare Mozzarelli, *op. cit.*, p. 379. V. um balanço da crítica ao modelo de Elias e ao ascendente da corte como única produtora de modelos de comportamento em Daniela Romagnoli, «Cortesias nella città: un modello complesso. Note sull'etica medievale delle buone maniere», in *La città e la corte. Buone e cattive maniere tra Medioevo ed Età Moderna*, a cura di Daniela Romagnoli, con un saggio introduttivo di Jacques Le Goff, Milão, 1991, pp. 21-70, e, na mesma colectânea, Elena Brambilla, «Modello e metodo nella 'Società di corte' di Norbert Elias», pp. 149-84.

⁹⁵ Carlo Ossola, *Dal «Cortegiano» all' «Uomo di mondo». Storia di un libro e di un modello sociale*, Turim, 1987, particularmente pp. 155-81, onde se estabelece uma panorâmica sobre a historiografia do Renascimento do ponto de vista do papel da corte.

⁹⁶ Jacques Revel, *op. cit.*; Julia Varela, *op. cit.*, pp. 29-30; Maria de Lurdes Fernandes, «Francisco de Monzón, capelão e pregador...» cit., pp. 58-59; Francisco Bethencourt, «O campo ético no século XVI», in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 251-61. Também Francisco de Monçon alude no *Libro Segundo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* a três outras obras de sua autoria, relativas à perfeita velhice e aos modelos do perfeito capitão e do perfeito cortesão, que hoje se desconhecem.